



Entrevista exclusiva concedida por escrito pelo Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, ao jornal Valor Econômico e publicada no caderno especial sobre Biocombustíveis

Publicada em 05 de novembro de 2008

Jornalista: A União Européia poderá reduzir a mistura de álcool à gasolina, prevista inicialmente em 10%. Como o senhor vê essas discussões de redução para 6% a mistura de etanol à gasolina? Como isso pode afetar os planos de crescimento das exportações de etanol de cana-de-açúcar?

Presidente: Reconheço que os países europeus, sempre preocupados com as questões ecológicas, foram fundamentais para a aprovação do Protocolo de Quioto. Mas eu fico triste ao constatar que, quando chega o momento de a União Européia contribuir efetivamente para a redução das emissões, ela não dá um passo à frente. São debatidas questões importantes, mas as razões de fundo, não explicitadas, são o protecionismo e os subsídios agrícolas, e agora propõem que as metas acordadas há cinco anos sejam revistas. Estou convencido de que mais cedo do que a gente imagina os países europeus virão a tomar decisões mais afinadas com suas posições históricas em favor do meio ambiente.

Apesar de tudo, a produção brasileira de etanol está crescendo mais de 10% ao ano, expansão que se deve ao crescimento consistente do nosso mercado interno. Boa parte deste crescimento deve-se ao aumento da frota de veículos *flex-fuel*: atualmente, quase 90% dos veículos leves que saem das fábricas já são biocombustíveis.

Mais do que me preocupar com as exportações, eu me preocupo com o futuro do Planeta. Afinal, de acordo com os últimos dados conhecidos, na matriz energética mundial as fontes renováveis ainda representam apenas 13,9%. O Brasil está anos-luz à frente e se constitui num exemplo: em 2007, as



fontes renováveis em nossa matriz energética representavam 46,4% e hoje já estão se tornando majoritárias. Das fontes renováveis, 36,6% são de produtos não-poluentes derivados da cana-de-açúcar. Temos orgulho de estar na fronteira tecnológica, enquanto o mundo apenas começa a fazer esse debate. Mesmo no caso do biodiesel, começamos a produzir há apenas três anos e já somos hoje o terceiro maior produtor do mundo, com as usinas instaladas fabricando um bilhão de litros por ano.

Jornalista: Com a revisão na Europa de posições em relação aos biocombustíveis, empresas, instituições oficiais e ONG's responsabilizam o etanol de milho pela disparada dos preços dos alimentos. O recuo das cotações das *commodities* vai minimizar a polêmica alimentos versus energia?

Presidente: O etanol de milho produzido nos Estados Unidos, e depois os biocombustíveis de maneira geral chegaram a ser transformados em bode expiatório do aumento dos preços dos alimentos. Com o recuo das cotações das *commodities*, sem uma redução da produção de biocombustíveis, ficou mais do que claro que as razões para o aumento dos preços eram outras. Uma dessas razões foi a disparada dos preços do petróleo, que chegaram a níveis nunca antes imaginados.

Dizia-se que os alimentos estavam encarecendo porque as áreas de plantação de oleaginosas para biocombustíveis estavam invadindo as áreas de produção de alimentos. Basta observar que apesar do aumento da produção de biocombustíveis no Brasil, nos últimos quatro anos a área agrícola não diminuiu. Pelo contrário, teve um incremento de 800 mil hectares, o que resultou num aumento de 24 milhões de toneladas de alimentos. No mesmo período, a produção de carnes cresceu 6,7 milhões de toneladas e a de leite, 7 bilhões de litros, ou seja, está havendo um grande incremento da produção agropecuária desde 2003 e não uma competição entre alimentos e



biocombustíveis.

Jornalista: Quais são as perspectivas do etanol tornar-se uma *commodity*? E quais são os esforços do governo nesse sentido?

Presidente: Com o aumento contínuo da demanda energética e a ampliação das restrições ambientais, diversos países vêm demonstrando interesse em produzir e consumir etanol, o que é fundamental para a criação de um mercado internacional. Temos assinado vários acordos de cooperação, demonstrando a boa intenção do Brasil em colaborar com todos os países que queiram começar a produzir etanol ou biodiesel.

O governo federal também tem participado ativamente em várias frentes, nos mais diversos fóruns internacionais, para defender a sustentabilidade dos biocombustíveis produzidos e utilizados no Brasil. Estamos conversando com os principais países produtores e consumidores para buscarmos o desenvolvimento desse mercado e, por nossa iniciativa, foi criado em março de 2007 o Fórum Internacional de Biocombustíveis. O Fórum reúne, além do Brasil, a África do Sul, a China, os Estados Unidos, a Índia e a União Européia. Estamos fazendo um grande esforço para que o Brasil possa contribuir, de maneira concreta, para construir as bases de um mercado global de biocombustíveis.

Jornalista: Além de ser supostamente responsável pelo aumento dos preços das *commodities* agrícolas, na visão de seus antagonistas, também se diz que o etanol não é benéfico para o meio ambiente. Como o senhor analisa essa questão?

Presidente: É exatamente o contrário. E não somos apenas nós que estamos dizendo. Em julho, a OCDE-Organização para Cooperação e Desenvolvimento



Econômico, divulgou um estudo atestando que o etanol da cana-de-açúcar produzido no Brasil reduz a emissão de gases que provocam o efeito estufa em até 90%, em relação aos combustíveis de origem fóssil. O etanol brasileiro é reconhecido internacionalmente como o mais bem-sucedido programa de substituição de combustíveis fósseis em larga escala em todo o mundo.

Quando se planta cana em uma área de pastagem, por exemplo, o seqüestro de carbono chega a 50 toneladas por hectare no primeiro ano de cultivo, segundo estudos da Embrapa. Isso significa que se dobrarmos a área que hoje é utilizada para produção de etanol, que é de pouco mais de 4 milhões de hectares, poderíamos retirar da atmosfera o equivalente à metade do CO² que foi emitido pelo Brasil em 2005, cerca de 360 milhões de toneladas (menos de um décimo do que emitiram os maiores poluidores). É preciso lembrar ainda que o etanol da cana utiliza muito mais energia renovável do que energia fóssil para ser produzido, do que outras culturas. Em termos de eficiência na geração de energia renovável, ele é quatro vezes e meia melhor que a beterraba ou o trigo, e sete vezes mais eficiente que o etanol de milho. O etanol de cana-de-açúcar é, de longe, o biocombustível mais limpo e o mais viável economicamente.

Jornalista: Em que estágio se encontra o programa de zoneamento agrícola para a cana-de-açúcar na Amazônia? Existem críticas em relação à demora nesse processo.

Presidente: Primeiro, é preciso deixar claro que não existe um programa de zoneamento agrícola específico para a cana na Amazônia. O zoneamento agroecológico da cana-de-açúcar é para todo o País e a Amazônia, seguramente, ficará fora da área de expansão. Esse zoneamento vai estabelecer as condições, critérios e normas para o desenvolvimento da agroindústria canavieira e permitir que a expansão dela ocorra em sintonia com



os objetivos inarredáveis da proteção ambiental, da segurança alimentar e da inclusão social. Além de excluir as áreas dos biomas da Amazônia e do Pantanal, a idéia é eliminar a pressão sobre áreas de vegetação nativa e sobre áreas que tradicionalmente produzem culturas alimentares. Não está havendo demora no processo. As áreas técnicas do governo estão fazendo um grande esforço para produzir um zoneamento de comum acordo entre as áreas agrícola e ambiental, e que não deixe espaço para dúvidas sobre nosso cuidado com a preservação ambiental e a segurança alimentar. Hoje, as plantações de cana-de-açúcar ocupam cerca de 8 milhões de hectares, o que equivale a menos de 1,5% das terras agricultáveis do País, e quase metade disso é dedicada à produção de açúcar. A expectativa do setor é de que até 2017 haja uma demanda de 64 bilhões de litros de etanol no País, que pode ser atendida com uma expansão de 6,7 milhões de hectares da cultura da cana, o que representa 1,2% da área agricultável. Os biomas Amazônia, Pantanal e Mata Atlântica, mais as terras indígenas e as áreas de conservação e as de vegetação original, totalizam pouco mais de 80% do território nacional. Se, além dessas áreas, excluirmos as impróprias para a plantação de cana e as que poderiam ser utilizadas para cana, mas que são de produção agrícola, sobram cerca de 37 milhões de hectares, que hoje estão sendo utilizados exclusivamente como pastagens. É seis vezes mais do que precisamos.

Portanto, não há motivo de preocupação nem quanto à preservação ambiental, nem quanto à segurança alimentar. Portanto, o trabalho técnico está praticamente concluído e poderemos, inclusive, anunciar as medidas durante a Conferência Internacional sobre Biocombustíveis.

Jornalista: As condições de trabalho e das queimadas na colheita de cana continuam sendo alvo de críticas no Brasil e no exterior. Como se poderá solucionar esse problema? Existem avanços concretos em relação a esses problemas?



Presidente: A questão das condições de trabalho sempre foi uma preocupação nossa em relação a qualquer atividade. No caso da cana-de-açúcar, o Ministério do Trabalho está tomando várias medidas, entre elas a intensificação da fiscalização, o incentivo à negociação coletiva e a emissão, antes de cada safra, de uma notificação prévia a todos os empresários, indicando as condições de trabalho e os documentos que serão exigidos pela fiscalização. Ainda assim, determinei que a Secretaria-Geral da Presidência coordenasse uma negociação entre representantes de entidades empresariais, de trabalhadores e de outras áreas do governo. Esse processo evoluiu para a instalação da Mesa de Diálogo para Aperfeiçoar as Condições de Trabalho na Cana-de-Açúcar. Nos primeiros encontros foram definidos 18 temas e questões a serem discutidos para a busca do entendimento. Entre esses temas, estão saúde e segurança do trabalho, remuneração, trabalho decente e trabalho análogo ao escravo, alimentação e proteção no período da entressafra. A tendência de mecanização resolve parte dos problemas, mas traz outro problema tão grave quanto o das más condições de trabalho, que é a diminuição dos empregos no corte da cana. Para buscar soluções, as negociações incluíram na pauta o tema da qualificação e recolocação. Quanto às queimadas, o próprio setor, juntamente com os órgãos estaduais de meio ambiente, vem tomando a iniciativa de acabar, progressivamente, com a sua utilização. O estado de São Paulo, por exemplo, responsável por cerca de 60% da produção nacional, e o setor canavieiro assinaram um compromisso agroambiental para, entre outras coisas, acabar com o uso do fogo na colheita até 2014 nas áreas mecanizáveis, e até 2017 nas áreas não-mecanizáveis.

Jornalista: A soja responde por 90% da produção de biodiesel no País. Existem dúvidas sobre a capacidade de a agricultura familiar garantir mamona em volume suficiente para a demanda da indústria de biodiesel. A mamona



surgiu como a grande aposta em todo o programa de combustíveis verdes. O quadro ainda é esse?

Presidente: O óleo de soja representa, hoje, cerca de 80% das matérias-primas utilizadas na fabricação do biodiesel. A soja teve importante papel na largada do Programa: era a única matéria-prima existente em larga escala para começarmos a mistura, mas hoje o grande desafio do Brasil é construir alternativas de diversificação. Em reunião com empresários no ano passado, eu alertei que a soja não deveria ser utilizada como produto principal na produção do biodiesel. A soja é uma *commodity*, com preços regulados pelo mercado internacional e não internamente. Se o preço da soja subir muito, o biodiesel deixa de ser economicamente adequado tanto para o produtor quanto para o consumidor. Agora, se o preço internacional cair, se houver excesso de produção, aí, sim, deve-se utilizar parte da soja na produção de biodiesel para regular o mercado.

A mamona sempre foi um símbolo da inclusão social propiciada pelo Programa do Biodiesel. Se o produto não vem sendo utilizado como previsto, não é porque esteja sendo rejeitado, pelo contrário. Acontece que passou a haver uma procura muito grande da mamona por parte da indústria de cosméticos, o que encareceu o produto. Mas o que importa não é a matéria-prima e sim a inclusão social, com a geração de emprego e renda. Cada região tem vocação para uma determinada agricultura. Na região Norte, por exemplo, a palma (dendê) poderá ser uma excelente alternativa, porque tem um alto rendimento na produção de óleo. Já na região Nordeste, o pinhão-manso deveria ser estudado com carinho para também se configurar como uma ótima opção, assim como o girassol. A palma e o pinhão-manso podem produzir dez vezes mais utilizando a mesma área da soja, o que significa que poderão se tornar as matérias-primas do futuro. Mas leva algum tempo para a estruturação de novas cadeias agrícolas, e até que isso aconteça, as oleaginosas



tradicionais têm seu mérito por desenvolver o mercado do biodiesel até a entrada das novas culturas. É importante deixar claro que praticamente todas as empresas que produzem biodiesel hoje no País têm o Selo Combustível Social. Elas obtêm o Selo, que dá direito a benefícios tributários, ao comprar parte da matéria-prima de pequenos agricultores. Trata-se de um excepcional programa de inclusão social. Hoje já são cerca de 100 mil agricultores familiares produzindo para as indústrias de biodiesel, com renda que pode chegar a R\$ 32 mil por família/ano. É uma experiência extraordinária que poderia ser reproduzida em muitos países pobres da África, da Ásia e da América Latina, dando uma oportunidade para essas regiões aumentarem sua renda, com exportações aos países desenvolvidos que buscam uma alternativa para a matriz energética e querem reverter o processo de aquecimento global.

Jornalista: Qual a importância da Conferência Internacional sobre Biocombustíveis que se realiza em São Paulo? O que se espera de resultados desse encontro?

Presidente: Já faz um bom tempo que desejo realizar essa Conferência e acredito que ela está ocorrendo no melhor momento possível, porque o debate adquiriu outra dimensão em função da crise econômica mundial. A idéia dessa Conferência é de que a gente possa ter uma discussão de alto nível sobre os biocombustíveis. Queremos debater o tema de forma aberta, expondo nossas posições, procurando deixar clara a realidade da produção de biocombustíveis no Brasil e ouvindo as críticas. Chamamos personalidades do mundo todo e todos os segmentos da sociedade civil para participar de uma discussão que espero que acabe definitivamente com os mitos, que seja capaz de se tornar um marco histórico e que suas conclusões se tornem uma referência daqui por diante. Os biocombustíveis são uma excelente alternativa tanto para reduzir as emissões de gás carbônico quanto para o desenvolvimento econômico e para



se criar alternativa de inclusão social para a população brasileira e para as populações dos países pobres. O programa dos biocombustíveis pode ajudar a combater, ao mesmo tempo, o aquecimento global e o desaquecimento econômico.

(\$31DHKLP)